



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Isadora Bonfim Nuto
Organizadores: Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilly Souza do Vale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963 Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos / Organizadores Lázaro Castro Silva Nascimento, Kamilly Souza do Vale. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-637-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.376212710>

1. Gestalt-terapia. I. Nascimento, Lázaro Castro Silva (Organizador). II. Vale, Kamilly Souza do (Organizadora). III. Título.

CDD 618.9289143

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Com amor,
à Helena Vale (*in memoriam*)

PREFÁCIO

Ater-me à linguagem de uma obra, naquilo que posso apresentá-la ou presentá-la, implica, antes de qualquer exposição minha, na humilde assunção da linguagem como senhora última de nossa construção e abertura ao mundo. Assim, olhar e dizer estão carregados de uma implicação hermenêutica, à medida que como seres humanos somos linguagem e mundo em interatividade transformadora. O desafio hermenêutico se constitui na produção de exatidão de sentidos: aqueles que repousam sobre a produção – intencionando quem lê; sobre os autores – intencionando seus objetos e, para muito além, o sentido transcendente imposto pela fusão da obra e leitor na necessidade de ida à escrita, aos objetos dos autores e aos próprios objetos, produzindo então novos sentidos e novas construções.

Assim, a medida exata do entendimento de quem apresenta e introduz não faz jus à qualificação que será produzida no encontro com o leitor. Sugiro que cada leitor se deixe visitar pelos vários capítulos, ingenuamente, para posteriormente consultar as possibilidades de ser a partir daí mesmo, acenando a si com novos horizontes e possibilidades. Uma das características epistemológicas da Gestalt-terapia é sua condição moldável, sua plasticidade ou flexibilidade como queiram alguns e outros que, devido a isso até mesmo chegam a considerá-la sem epistemologia. Se a episteme seria uma dimensão que aprisiona e polariza, então a Gestalt-terapia é a-epistêmica sim, e eu ousaria dizer, anti-epistêmica, por aceitar sempre a introdução de novos e diversos pensamentos, ainda que mantenha sua identidade.

Mas a tecitura dos capítulos poderá falar por si, e eu por eles em mim, ao passo que cada “apresentação” poderá, dar-se como o presente mesmo, como um prenúncio do ganho – aqueles que por vislumbre identificamos ser saciedade, o encontro do adejo no emaranho, a descoberta da preciosidade ainda mesmo sem se saber da permanência da busca; e assim dando a todo inaugural da linguagem, a certeza do instante. Dizer é fixar sentidos. Mas a palavra bem dita os torna brevemente fixos, apenas para em alguns instantes calar fundo e fazer calar para, em seguida, erigir e destruir mundos. Assim os temas se seguem e nos seguem. Vejamos.

Podemos, podemos sempre como psicoterapeutas, estudiosos, cientistas que somos, supor que a violência entre os casais (seria toda forma de violência?) está alicerçada em padrões sociais mais amplos. Mas, aqueles que testam essa hipótese e a verificam em um trabalho profícuo, esses são os gestalt-terapeutas que em grupo, no grupo e para o grupo elegem a ação efetiva de uma Gestalt-terapia que, ainda que posa estar se perdendo de sua origem grupal, guarda-se na intersubjetividade como princípio epistemológico irreversível. Assim é que *Kamilyly Souza do Vale*, no *primeiro capítulo* expõe

um de seus trabalhos com casais em situação de violência conjugal, passando brevemente pelo histórico da psicoterapia de grupo, pela história e alguns princípios da psicoterapia de grupos gestáltica, os elementos constitutivos da psicoterapia de curta duração com grupos da Gestalt-terapia, desembocando naquilo que coroa o trabalho efetivo de um gestalt-terapeuta: desfazer as possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar os modos de violência, nesse caso, entre o casal. É em grupo que os casais podem se ouvir, no sentido de uma escuta que é de alguém, para alguém, por algum motivo, de algum modo e, para ser refletida sobre o modo de atuar na vida com o objetivo de reconhecimento e superação.

Curiosamente, casos clínicos não são frequentemente publicados em Gestalt-terapia. A despeito da consideração dos motivos, posso afirmar que há algo de ousado em mostrá-los, comparável ao supervisionando que apresenta seu caso em um grupo novo, temeroso dos olhares, da austeridade dos colegas e da profundidade da análise do supervisor. Mas no *segundo capítulo*, *Lázaro Castro Silva Nascimento* eleva seus supervisores e colegas à potência da infinitude, quando publica o caso de Franklin. Aos poucos pode-se perceber que sua ousadia de publicação é a mesma que o fez atender Franklin, sendo o leitor lentamente agraciado com o cuidado amoroso na condução e relato do caso, ao passo que revela suas intervenções sem, contudo, restringir-se à psicopatologia ou à técnica como elementos definitivos do processo. É a *relação*, associada a um olhar tecnicamente competente, mas antes e sempre a relação a produtora de mudanças significativas. E por falar em técnica, podemos finalmente perguntar qual o papel da técnica em Gestalt-terapia? Podendo ser compreendida como uma extensão do humano ou como o aprisionamento do ser, a técnica parece desfrutar de uma condição ambígua, de mocinha e vilã, quando referente às abordagens humanistas, em função de sua herança cientificista e também do comprovado auxílio que parece promover na atuação psicoterápica. No citado caso exposto por Lázaro, o autor apresenta o “mapa de uma palavra como experimento-produção gestalt-terapêutico”, dando-lhe ao mesmo tempo uma condição técnica e experimental. É exatamente o caráter experimental (não-determinístico, intuitivo, compartilhado, entre outros aspectos) que dá ao procedimento sua condição de libertação dos ranços da técnica. Desejo que próprio leitor faça sua apreciação dessa condição.

E dentre as condições a que estamos lançados, a violência, essa dos primórdios em que o homem se registra como homem, aparece como instituinte e reguladora do poder entre pessoas, grupos e nações, e nos impõe a pergunta se teremos mesmo elucidado suas facetas, suas minúcias e, principalmente sua origem, de forma que possamos nos perguntar como contribuir para mitigá-la. É nessa direção, de contribuição para uma perspectiva distinta e, por isso mesmo, necessária que *Leda Mendes Gimbo*, no *capítulo 3* faz sua exposição, caracterizando a violência como um hábito, mas não apenas aquele que se instaura na vivência individual e sim aquele instituído por macropolíticas, como forma de dominação de sociedades e grupos inteiros. Delineando a teoria do *self* em sua condição

necessariamente fenomenológica, a autora expõe minuciosamente essa pertinência e demonstra o modo de um fenômeno social se configurar como hábito, aparecendo por fim na teoria do *self* em sua dimensão individual. Afim com essa perspectiva, o *self* é reafirmado como um sistema de contatos e não como instância, a violência é situada na dinâmica entre as funções id, ego e personalidade, mas também vinculada a hábitos introjetados e repetidos historicamente, a serviço de fracasso ou sucesso social. Surgindo dessa forma, parece impossível mitigá-la, dados os caracteres antropológico e histórico a que a violência é tributária mas, afim com o *ethos* gestáltico, a autora evoca a insubmissão e a recusa *como possibilidades libertárias e criativas* dentro de uma condição clínica, afim com princípios éticos gestálticos e propensos a não se confirmar um fazer psicológico conivente e reforçador de injustiças.

O capítulo 4, de Alberto Heller, traz-me um pensamento que há muito me acompanha e que ainda não sei exatamente como implementá-lo: está na hora de musicar a vida, a partir dos infinitos silêncios que a inauguram. Exatamente essa ideia de uma escuta do inaudível está exposta em todo o seu texto, afirmando a necessidade de interposição de sentidos ou resgate das sensações intermodais (tatear com os olhos, ouvir com o corpo, ver com os ouvidos) de se entender o ouvir para além da escuta do senso comum e do sentido comum das psicoterapias. Está instituído um modo de escutar em psicoterapia que fixa a atenção no bem-dizer, nas regras gramaticais da língua, nos modos permitidos de expressão, na semântica necessária, na lógica causal e no ritmo vigente, de forma que a dança necessária entre sons e silêncios, entre o silenciamento do psicoterapeuta e sua escuta qualificada (inclusive para o não saber o que ouvir) estão tolhidos e abolidos do processo psicoterápico. Alberto, realiza uma série de exames dos termos ouvir, escutar e auscultar, vinculando seu sentido ao estar aberto, à obediência corporal necessária para que o psicoterapeuta deixe de prioritariamente escutar a si mesmo para escutar o outro. É dessa maneira que incorpora o “estranho” ao processo psicoterápico, analogamente à música que está com as janelas abertas para ruídos e sons imprevisíveis, dando a eles abrigo como se abriga um viajante (*êthos*) e assim possibilitar a escuta do não-eu; afirmando então esse radical não-eu que se abre para onde o outro quer levar o terapeuta e não para onde esse técnico o quer conduzir. Ainda resta em aberto a clarificação daquilo a que a escuta terapêutica se refere, em que Alberto contribui com a necessidade de se fazer parte da *dança, do quadro, da música, da cena*.

Há ainda muito o que ser ouvido, e muito mais ainda a ser selecionado para ser ouvido. Afim com essa constatação *Isaura Caroline Abrantes Silva e Welison de Lima Sousa* dirigem seus ouvidos para o inaudível, o invisível, o indizível. Imagino uma situação corriqueira, ao final do dia, em que uma pessoa pergunta a outra onde ela vai, com a resposta também costumeira de um “para casa”. Como seria não ter a casa para ir? Como seria não poder morar em nenhum lugar? Apenas por imaginação poderíamos sequer nos

aproximar da vida de pessoas em situação de rua. No *capítulo 5* os autores fazem um exame da condição das pessoas em situação de rua estabelecendo relação com a clínica gestáltica, enfatizando o entendimento da rua não apenas como o lugar da falta – evidente na ausência de moradia, de alimentação, de poder econômico, de políticas públicas – e que revela a exclusão econômica e política, mas também o lugar da presença e das potências: lugar de relações sociais onde se produz junto/com. E é nessa condição que apresentam a Redução de Danos como ferramenta política para pensar a clínica do sofrimento e o fazer do Acompanhante Terapêutico para o resgate de uma dimensão ética pouco abordada em Gestalt-terapia. O propósito é a provocação de um desajustamento criador: o construir de novidades que, com o suporte do campo, dê a psicoterapeuta e paciente a presença no invisível, o deserto das representações também chamado de vazio fértil. A Gestalt-terapia precisa repensar seu fazer? Sim, na medida em que possa estar a serviço dos imperativos e pedidos neoliberais de produtividade. A clínica então, deve servir ao não servir. Haverá nesse contexto, maior serventia que essa?

A resposta sobre a serventia de uma clínica fundada no vazio fértil traz à tona outras buscas, outras possibilidades de fazer da Gestalt-terapia. É mais uma vez o contato com a emergência e dessa vez da solidão do ato terapêutico que a discussão sobre a formação, eu me digo melhor, sobre a contínua e nunca acabada transformação do gestalt-terapeuta em ser si mesmo que a *intervisão* irrompe como ato, como possibilidade e com diferenças notórias em relação aos outros campos de construção e reconstrução do gestalt-terapeuta. No *capítulo 6*, *Natascha Bravo de Conto e Dafne Thaíssa Mineguel Assis* examinam a *intervisão* e a diferenciam do processo de psicoterapia e da supervisão, apontando as singularidades que, fundamentadas em uma relação dialógica, fazem surgir o ser dos psicoterapeutas com suas características, ritmos, movimentos, singularidades e estilos próprios. É a partir de uma relação não hierarquizada, sustentada no diálogo e na troca genuína que a *intervisão* se torna esse espaço complementar da psicoterapia e da supervisão onde emergem as potências e as nuances construtoras da história e trajetória dos profissionais envolvidos. Dessa forma, a metáfora pertinente é de artistas que compartilham um trapézio e precisam equilibrar-se juntos e confiar na presença do outro para as manobras, ao mesmo tempo dotadas de destreza, mas também de saltos onde se acredita estar o outro ali, bem à mão e literalmente à mão, para ser o suporte condutor ao término do movimento. Dessa maneira beleza e risco se confirmam como necessários, mas também se sustentam na possibilidade de ser enquanto simples simetria.

E de quantas experiências precisaremos para sermos o efetivamente denominado de psicoterapeuta? Se olharmos para as pedras que compõem uma ponte, perguntaremos quem faz a suficiente sustentação: arco ou pedras? A resposta parece estar na superação da dicotomia, lugar onde pedras e arco “desaparecem” para aparecer a ponte. Assim, a partir de um caso (mais uma pedra?) é que *Lílian Vanessa Nicácio Gusmão*, no *capítulo 7*,

apresenta o acolhimento, a construção de desejos, a interlocução solidária, os sentimentos, valores e pensamentos compartilhados, apenas para recuperar uma pessoa (ou seria o próprio arco?). Uma pessoa que precisou vencer a dicotomia de ser adulto ou ser criança exatamente por, durante um longo tempo de sua vida, ter feito introjeções disfuncionais reveladas numa gastrite, na banalização da vulnerabilidade para evitação dos conflitos. Curiosamente, é no resgate e possibilidade de enfrentamento dos conflitos que o paciente de Lílian pode se expressar, e passar pela efetiva experiência de inclusão no colo da psicoterapeuta, lugar de cuidado e de segurança, onde pode também experienciar-se de forma plena. Experiências traumáticas são revisitadas por Lílian e seu paciente, atualizadas na dimensão do aqui e agora, conferindo a possibilidade do apoderamento de si mesmo. Sim, o leitor verá como o arco e as pedras desapareceram; vislumbrará apenas a ponte, quer seja figura a terapeuta, o cliente ou, ainda quem sabe, tudo isso junto.

E dessa noção de fixidez instalada em nossa necessidade de estabilização do mundo, perdemos a dimensão da unicidade quando somos obrigados a nos “desterritorializar”. A maioria de nós não sabe o que efetivamente é ser um estrangeiro, experienciar a perda de cidadania e de direitos em seu país de origem e novamente ser submetido a essa experiência no país onde se pediu abrigo. Com uma contribuição de combate a essas vivências, *Elis Moura Marques* no *capítulo 8* aborda a experiência de pessoas migrante e refugiadas venezuelanas no Brasil. Entender as dificuldades e sofrimentos, aquelas inerentes a toda e qualquer pessoa em estado de crise, é uma tarefa inerente ao gestalt-terapeuta; e é ainda mais sua tarefa compreender as especificidades sofridas em cada situação particular de sofrimento, com o objetivo de tornar, por um lado, mais apropriada a ação de cuidado, por outro, mais artístico nosso trabalho, no sentido de fazermos uma adaptação do conhecimento geral e sistemático à unicidade e singularidade daquele que se nos apresenta. Através do relato de três situações clínicas, Elis nos coloca em contato próximo à experiência de sofrimento dos venezuelanos refugiados no Brasil. Importante ressaltar o modo como aproxima a necessidade de uso do conhecimento gestáltico no trabalho com essas pessoas, através inicialmente do resgate histórico de desterritorialização experienciada por Perls e Laura, através da apropriação do fazer gestáltico como de um cuidador dos vínculos e das relações antropológicas. É assim o estabelecimento de auxílio para a restituição da autonomia perdida pela xenofobia, caráter agravador de sofrimentos anteriores e inerentes a todo e qualquer ser humano, mas que nos preconceitos impostos é potencializado e faz subsumir aspectos saudáveis desse outro em generalizações desqualificantes.

Entendo ser necessário aprender para estar com o diferente, o novo e o inusitado e, nessa perspectiva, a aprendizagem, objeto de estudo de tantas facetas, tem uma leitura particularmente gestáltica no *capítulo 9*, quando *Ana Karina El Messane* examina os impedimentos de caráter afetivo presentes no processo de aprendizagem. A confluência,

um dos modos de impedimento do contato, é considerada naquilo que gera dificuldade no aprendiz em ser o autor de seu próprio pensamento. Articulando as formas de evitação do contato com a Epistemologia Convergente, com a Gestaltpedagogia como forma de Epistemologia Integrativa, Ana Karina apresenta um caso onde demonstra a forma como o conhecimento é fruto da relação, da experiência vivida onde sujeito, objeto, eu, outro e mundo caminham lado a lado, mas para além disso, transcendem as dicotomias entre partes-todo, exatamente por ser dotado de interconexões da ação humana com o ambiente, os processos sócio-históricos e a cultura. Nota-se o modo como os pais de seu paciente puderam compreender seu lugar e seu papel de confirmadores do filho, dedicando-se à nutrição emocional, imprescindível para revelar o escutar, o ver, o pensar, o refletir como processos fundamentais da aquisição de autonomia para a criança ser construtora não apenas do conhecimento próprio, mas de sua própria vida. A dimensão emocional torna-se assim o objetivo fundamental da aprendizagem como forma de integrar corpo e emoções com o processo cognitivo. Mais uma vez, em uma dimensão educacional, poderá o leitor perceber que a integração se torna o princípio e fim do processo de criação, sustentação e crescimento humanos.

Se a integração aqui e ali se apresenta como um elo necessário de toda ação em psicoterapia, particularmente o fluxo, esse deixar-se conduzir junto com, sem jamais ser meramente passivo, essa arte do encontro consigo e com a própria vida que sempre se revela no outro, adquire novas roupagens quando a criatividade é sentida sob a pena de *Wanne de Oliveira Belmino*, no capítulo 10. Acredito ser o capítulo que ilustra de maneira integrada a necessidade que se articulem fluxo e criação, onde o ser cíclico do feminino é necessariamente considerado. Wanne, de maneira artística e reflexiva, olha para seu próprio fluir, seu modo cíclico de estar no mundo e em si mesma. O feminino que há em todos nós – negado sob a visão machista – precisa ser reconsiderado a partir daquelas detentoras de maior pertinência nesse dizer: as próprias mulheres. E como mulher Wanne reflete sobre um aspecto às mulheres concedido, o de substituição do masculino, mas sendo ele mesmo impeditivo da aparição de suas singularidades, ao passo que faz emanar a rigidez típica do masculino. Como consequência, o adoecimento, a discriminação salarial, as pressões sociais, a precarização do trabalho e o acúmulo de tarefas eclodem em uma dimensão ambígua: se por um lado confirmam o “avanço” feminino em suas conquistas, por outro a solapam peculiaridade desse feminino e negam o reconhecimento da dimensão cíclica de suas energias físicas e psíquicas. É urgente reestabelecer um fluxo saudável, resgatando assim as múltiplas partes do feminino que dialoga sabiamente com a noção de crescimento em Gestalt-terapia, tendo exemplarmente no período menstrual uma importante metáfora da autorregulação orgânica. Ficar no vazio, permitir-se o contato, o emergir de algo, ainda que embrionário, fluir com o emergente e transfigurá-lo em expressões significativas, respeitando a própria criação e em direção a algo integrador e

complementar: eis o processo criativo em sua ciclicidade. O nada se apresenta como prehe de possibilidades e estas anunciam e completam o ser.

Essa obra então se configura por esses dez capítulos, dez convites, dez diálogos em integração. As experiências de seus autores (ex-peri-ência: sair de seu próprio ser) adquirem maior sentido quando revelados na forma de escritas, na maioria delas dizendo “olha o que eu vivi” e imediatamente se transformando em vivência do leitor, se atualizando na possibilidade de novos vividos. A experiência sugere a repetição, a vivência inaugura a singularidade e o novo. Assim, leitor e autores se integram na permissão dada de experiência e vivência. Enquanto linguagem, nos expressamos nas palavras, no corpo e na transcendência dessas dimensões a que preferimos sempre chamar de “ser”.

Silverio Karwowski

setembro de 2021.

Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Campinas, Gestalt-terapeuta pelo Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, Psicólogo e Licenciado em Psicologia pela UFU, autor do livro Gestalt-terapia e Fenomenologia, Diretor do IGC – Instituto Gestalt do Ceará e professor universitário.

APRESENTAÇÃO

Movidos pelo desejo de dar continuidade ao objetivo de fomentar espaços de interlocuções entre profissionais de diferentes regiões do Brasil e que tem a abordagem gestáltica como suporte teórico, apresentamos o livro *Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos*. A proposta desta obra contempla a díade teoria-prática através dos escritos que são frutos de reflexões e experiências vivenciadas pelas autoras e pelos autores. Cada um com sua bagagem profissional e visão de mundo configurando um espaço de troca, construção de conhecimento e compartilhamento de experiências.

Os temas presentes neste livro nos convidam a olhar para uma clínica engajada politicamente, que prima pela ética do cuidado, e que ultrapassa os muros de uma clínica tradicional e solipsista. É uma clínica gestáltica que ultrapassa fronteiras, que tem música, sons, que reverbera e que mobiliza o campo para abrir espaços para a novidade. É uma clínica do contato com o novo e do contato com o diferente!

Lázaro Castro Silva Nascimento

Kamilly Souza do Vale

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INTERLOCUÇÕES GESTÁLTICAS ENTRE A PSICOTERAPIA DE GRUPO E A INTERVENÇÃO COM CASAIS	
Kamilly Souza do Vale	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127101	
CAPÍTULO 2	13
UM JEITO DE FAZER GESTALT-TERAPIA: O CASO FRANKLIN E O MAPA DE UMA PALAVRA	
Lázaro Castro Silva Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127102	
CAPÍTULO 3	31
A VIOLÊNCIA COMO HÁBITO: LEITURA DE UM FENÔMENO SOCIAL A PARTIR DA TEORIA DO SELF	
Leda Mendes Gimbo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127103	
CAPÍTULO 4	41
ESCUA MUSICAL, ESCUTA CLÍNICA: PASSAGENS	
Alberto Heller	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127104	
CAPÍTULO 5	53
VIDAS NAS RUAS: VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS EM UMA ABORDAGEM GESTÁLTICA	
Isaura Caroline Abrantes Silva	
Welison de Lima Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127105	
CAPÍTULO 6	67
EXPERIÊNCIA DE INTERVISÃO: POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO DA/DO TERAPEUTA A PARTIR DA POTÊNCIA DA RELAÇÃO	
Natascha Bravo de Conto	
Dafne Thaíssa Mineguel Assis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127106	

CAPÍTULO 7	80
AJUSTAMENTOS CRIADORES DIANTE DA DICOTOMIA CRIANÇA INTERIOR E ADULTO: A RECONSTRUÇÃO DA VULNERABILIDADE IDENTITÁRIA DIANTE DO TRAUMA	
Lilian Vanessa Nicácio Gusmão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127107	
CAPÍTULO 8	93
UM OLHAR GESTÁLTICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS NO BRASIL	
Elis Moura Marques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127108	
CAPÍTULO 9	105
A CONFLUÊNCIA E O OBSTÁCULO DE CARÁTER AFETIVO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Ana Karina El Messane	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127109	
CAPÍTULO 10	116
SOMOS CÍCLICAS: CRIATIVIDADE, FEMININO E GESTALT-TERAPIA	
Wanne de Oliveira Belmino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.37621271010	
SOBRE OS ORGANIZADORES	129

VIDAS NAS RUAS: VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS EM UMA ABORDAGEM GESTÁLTICA

Isaura Caroline Abrantes Silva¹
Welison de Lima Sousa²

Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso
Jogando meu corpo no mundo
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas
Passado, presente
Participo sendo o mistério do planeta
Novos baianos

“EU QUERO É QUE ESSE CANTO, TORTO FEITO FACA, CORTE A CARNE DE VOCÊS”

Como escrever sobre o não-dito, sobre aquilo que se ignora? A população em situação de rua (PSR) é cotidianamente esquecida. Mas a cidade pulsa. As ruas acordam cedo, barracas para vendas são montadas, pessoas transitam, moedas tilintam para comprar o café requentado, a vida insiste. Se falamos de processos em Gestalt-terapia, é fundamental olharmos para a ausência de discussões voltadas para as pessoas em situação de rua. Mais do que um amontoado de linhas, este texto busca vir a ser uma autocrítica sobre os modos pelos quais estamos desenvolvendo gestalt-terapias. Não é justo pedir licença para lançar mão de frases ásperas e questionamentos urgentes implicados em emergências periféricas.

Entoamos nossas vozes junto à do artista nordestino Belchior, ao cantar: “Não peça que eu lhe faça uma canção como se deve. Correta, branca, suave, muito limpa, muito

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga. Pós-graduada em Saúde Coletiva (CGESP) e mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

2. Psicólogo. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS).

leve. Sons, palavras são navalhas e eu não posso cantar como convém, sem querer ferir ninguém” (BELCHIOR, 1976). Junto às raízes subversivas e revolucionárias da criação da Gestalt-terapia, ética balizada na construção de moradas e refúgios para possibilidades de experimentação e novidade, também se faz essencial sublinhar como as preocupações teórico-práticas perpassam problemáticas burguesas e brancas. A falta de compromisso com a população em situação de rua nos aponta para quem e para onde as intervenções gestálticas geralmente são elaboradas. Recorrentemente, a tessitura gestáltica age em um pacto matrimonial entre sujeito elitizados, consultórios com ar-condicionado, móveis planejados e poltronas confortáveis.

O jogo de presença-ausência não é feito ao acaso, mas costurado detalhadamente com bordados, retalhos e alinhamentos que dizem respeito a formas de vida que se quer proteger ou eliminar. Inúteis, abjetos, imprestáveis, vagabundos e perigosos são representações sociais dirigidas às pessoas em situação de rua. Vidas desamparadas e desprotegidas circulam pelas ruas das cidades, constroem histórias, edificam lugares e criam espaços de sobrevivências e invenções.

O esquecimento/apagamento não se restringe à abordagem gestáltica, mas se insere em um movimento social frenético e incansável de mortificação daquilo que deriva, escapa e desvia dos moldes normativos capitalísticos: a pobreza. Sujeitos/as/es em situação de rua só são lembrados quando são alvo de violência e objetos de assassinato – tiros, queimaduras, pedradas, dentre tantas outras formas de se matar alguém. Nesse ínterim, Fritz Perls pergunta: “Como podemos abrir os olhos e os ouvidos do mundo?”. Em um horizonte de terreiros mais ampliador, como podemos nos tocar pela cidade? Honrando a proposta ético-política da Gestalt-terapia, abrir a porta para a estranheza é olhar para os processos de vulnerabilidades e para as potências da multidão em situação de rua.

PROBLEMATIZANDO A POPULAÇÃO BRASILEIRA EM SITUAÇÃO DE RUA

Pensar a população de rua nos impõe refletir sobre o modo como a sociedade brasileira vem se organizando, num processo com forte concentração de renda, marcado por desigualdades sociais, conjunturas econômicas de recessão e desemprego, bem como agravamento das condições de reprodução da vida urbana, como saúde e moradia, como afirma Rosa (2005), corroborado por Nobre *et al* (2018), quando aponta que a existência de pessoas vivendo nas ruas representa a expressão de processos de exclusão econômica e política. Ou seja, trata-se de uma população caracterizada por viver com menos do que o necessário para sua existência, já que vivencia um processo de exclusão das estruturas atuais da sociedade, como emprego, moradia e privacidade.

Assim, compreender essa população passa diretamente por entender os múltiplos processos que fazem com que pessoas sejam levadas e mantidas nessa condição, que

vão desde fatores estruturais/sociais até fatores pessoais (BRASIL, 2014). Cabe salientar que, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em março de 2020, o Brasil tinha 221.869 pessoas em situação de rua (NATALINO, 2020). Buscando entender essa multiplicidade de vulnerabilidades da condição de/na rua, faz-se importante recorrer aos dados da única pesquisa nacional sobre população de rua que temos disponível, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, e que, mesmo sendo nacional, só ocorreu em 23 capitais e 48 municípios com mais de 200 mil habitantes, totalizando assim, um universo de 71 cidades brasileiras e chegando a contabilizar 31.922 pessoas nas cidades pesquisadas (BRASIL, 2009).

Essa pesquisa, ainda que limitada e com diversas questões metodológicas a serem repensadas, conforme apontam Carvalho e Oliveira (2018), é um marco na tentativa de se conhecer a realidade dessa população num cenário nacional e, assim, orientar a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas a ela. De imediato, ao analisarmos os dados dessa pesquisa, já temos contato com elementos das dimensões macro e microestruturais que compõem ou ajudam a entender a complexidade que é a vida nas ruas, desde a ida até a permanência nessa condição, já que os principais motivos para se estar em situação de rua, segundo a pesquisa, são: problemas com o uso de drogas, desemprego e desavenças familiares.

Isso aponta para questões relacionadas à lógica proibicionista em relação ao uso de drogas que marca tão fortemente a realidade brasileira, ou, como afirmam Passos e Souza (2011), a “guerra às drogas”, que se constitui como exercício de controle social por um lado e, por outro, como estratégia de ampliação da economia neoliberal a partir do exercício do poder e da violência, num processo de desumanização constante das pessoas que usam essas substâncias e sob o argumento do cuidado e da ordem social. Tantos são os relatos de violação de direitos da população que usa drogas e que, em algumas situações, é a população de rua.

Articulada a isso, temos a condição de desigualdade social e econômica que marca o nosso país e que, sendo intensificada pelo desenvolvimento capitalista e pelas transformações sociais na perspectiva da globalização, tem produzido segmentos de trabalhadores que não conseguem acompanhar as mudanças de perfil de emprego e de sociedade e acabam por sofrer os impactos diretos desse cenário. Como afirma Rosa (2005), faz-se necessário pontuar que isso é um projeto, como temos sentido fortemente neste momento de crise econômica, com grandes ataques aos direitos sociais, tais quais a mudança na legislação trabalhista e previdenciária.

Retomando a pesquisa, chamam atenção e provocam preocupação as informações sobre formação escolar, segundo as quais 74% dos entrevistados sabem ler e escrever; 17,1% não sabem escrever; e 8,3% apenas assinam o próprio nome, o que nos indica a necessidade de se pensar políticas de educação para essa população. Já os dados sobre

trabalho e renda vêm trazer a quebra de um estigma, o de que a população de rua não trabalha e/ou seria preguiçosa, vivendo de pedir dinheiro. A pesquisa indica que 70,9% dessas pessoas exercem algum tipo de atividade remunerada, sendo apenas 15,7% os que pedem dinheiro como principal forma de sobrevivência. Em relação à alimentação, temos um dado muito preocupante e delicado, pois, segundo a pesquisa, 19% dos participantes não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia), o que aponta a necessidade de se pensarem ações de garantia do acesso à alimentação. Além disso, 24,8% afirmaram não possuir quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal e de acesso aos serviços e programas governamentais, situação que se agrava ainda mais quando vemos as informações sobre condições de saúde, que revelam que 29,7% dos entrevistados na pesquisa relataram ter algum problema de saúde e 18,7% fazem uso de algum medicamento. Dentre os principais grupos de problemas de saúde estão: problemas cardíacos, problemas mentais e problemas respiratórios.

Essas informações trazem um panorama geral das condições de (tentativa) de vida dessa população, que apresenta maior vulnerabilidade para problemas de saúde e violência, juntamente com muitas dificuldades para ter condições básicas de higiene, por meio de acesso a água limpa e a locais adequados para higiene pessoal e/ou necessidades fisiológicas. Tem-se, ainda, o estigma que tanto marca essa população e que produz medo, raiva ou mesmo a invisibilização desta.

Esses dados apontam que as problemáticas vivenciadas por esse grupo populacional implicam não apenas em questões existenciais e subjetivas, mas também em questões sociais complexas e muito concretas, como pobreza, violência, alimentação, escolaridade e acesso a serviços de saúde, ao mesmo tempo que indicam uma total negligência para com a garantia de direitos dessa população. Essas dimensões, assim, não se dão de forma dicotômica, mas se produzem num processo constante de desdobramento. A multiplicidade é uma marca das pessoas que habitam as ruas, tanto nos diferentes modos de viver, ocupar e usar o espaço, quanto nos modos que as fizeram chegar à rua ou, ainda, a permanecer nela. Mas essa multiplicidade também indica as diferentes situações vivenciadas por essa população, conforme afirmam Trino, Machado e Rodrigues (2015), o que tem impacto direto na sua definição, configurando uma questão extremamente complexa.

Instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) define essa população como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 9).

Essa definição estabelece quatro condições para a caracterização de uma pessoa em situação de rua: a pobreza extrema; os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; a inexistência de moradia convencional regular; e a utilização dos logradouros públicos e das áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento (BRASIL, 2014). Essa conceituação baseia-se na lógica da falta e, embora não queiramos, com isso, negar as diversas fragilidades a que as pessoas na situação de rua são submetidas cotidianamente, gostaríamos aqui de ampliar o olhar e refletir sobre o que a rua produz, ou melhor, sobre como a rua se traduz em potencialidade (RUI; MARTINEZ; FELTRAN; 2016).

Como primeiro indicativo dessa ampliação, trazemos a definição proposta pelo Movimento Nacional da População de Rua, criado em 2005, que é a efetivação do controle social na busca por garantia de direitos dessa população e que a apresenta como sujeitos de lutas, de direitos, de dignidade, protagonistas, solidários e leais, características tão importantes para quem vive nas ruas.

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social (FALA RUA *apud* SHUCH; GEHLEN, 2012, p. 19-20).

É preciso pensarmos na pluralidade de usos e sentidos dos modos de vida nas ruas e, assim, tomá-las não como o lugar da “falta”, mas como um lugar existencial e simbólico, espaço de relações sociais, que é estratégia de sobrevivência e/ou moradia, mas é também um modo de constituir-se. A rua, então, é um lugar praticado, como diz Certeau (2014), no qual as táticas se fazem necessárias e produzem e/ou fazem lidar com os acontecimentos, engendrando modos de se escapar das tentativas de captura e de controle da vida nas ruas ou até mesmo da morte nesse espaço, seja ela simbólica, seja concreta. A rua, assim, produz moralidades, valores, normas não só para quem lá vive ou está; a rua e as pessoas que nela habitam produzem a cidade e são produzidas por ela. Com isso, defendemos aqui a dimensão ambivalente de se defender as vidas nas ruas e de se apostar na rua como espaço de produção de vida e potencialidade, além de se lutar pelo direito e a dignidade dessa população, o que passa também pela garantia de moradia e de acesso a tantos direitos sociais.

Pensamos, assim, na rua como espaço rico de possibilidades de experiências e de múltiplos processos de significação (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010), ou seja, ela é território de vida, no qual conflitos e negociações estão presentes e constituem processos identitários. Isso nos remete à ideia de que produzir cuidado com essa população é produzir junto/com, reconhecendo singularidades, não a fim de negar as situações de violência constante que se fazem presentes, mas para adotar uma postura ética que nos faz abandonar as práticas

higienistas que colocam a vida na rua como alvo de ações de limpeza, conforme apontam Varanda e Adorno (2004), isto é, a vida nas ruas costuma ser tomada exclusivamente pela lógica do “tirar das ruas, limpar a cidade da visão desconcertante e incômoda da miséria humana do capital” (SOUSA *et al*, 2018, p. 180). Assim,

o fenômeno da situação de rua se realiza na convergência entre determinados processos sociais e históricos, modos de governo particulares e práticas de sujeitos específicos. Tais sujeitos são agentes reflexivos, que não apenas se subordinam aos cenários sociopolíticos e culturais que habitam, mas também produzem relações, práticas e modos de existência nesse espaço social, simbólico e ambíguo da rua (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 22).

Tomemos, então, a rua como espaço de criação, “elemento central ao nível da prática social e do imaginário” (CORDEIRO; VIDAL, 2008, p. 10), de forma que ela seja percebida como múltipla, integrando diferentes funções e cruzamentos de vários modos de sociabilidade. Essa concepção nos faz apostar na rua como espaço de cuidado e experimentação (SILVA, 2015), entendendo que ali, onde ocorre violências, também se produzem modos de proteção e cuidado, e esse reconhecimento é uma tentativa de entender as dinâmicas de resistência que se fazem presentes no cotidiano das ruas, já que a rua é também espaço de luta pelo direito à vida, como apontam Rui, Martinez e Feltran (2016).

CLÍNICA DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO-ANTROPOLÓGICO E ÉTICA DA REDUÇÃO DE DANOS COMO FORM-AÇÃO DE CUIDADO EMANCIPATÓRIO

A privação é uma das marcas tatuadas no corpo da população em situação de rua. Inspirando-nos em Rousseau (2008), é fundamental discutir que a privatização da cidade está relacionada à premissa de que cada pedaço de chão é possuído por um dono e de que apenas a esse proprietário cabe usufruir de seus benefícios, mesmo que não seja ele a vender a sua força de trabalho. As lutas dos Movimentos Sem Terra (MST) destacam o absurdo de grandes latifúndios de terra destinados a quem produz com condições análogas à escravidão. Em outra direção, a privatização da cidade diz respeito à supressão do direito da população em situação de rua de ocupar locais que se dizem públicos. Nesse contexto, as desigualdades sociais presentes em solo brasileiro narram a história de um país colonizado, onde a relação colonizador-escravo está impressa em novas faces, em uma repetição de vínculos de violência.

Antes de enveredarmos pela clínica do sofrimento ético-político-antropológico, é necessário caminhar pelas discussões em torno das cidades brasileiras e da intersecção de vulnerabilidades de pessoas em situação de rua, que, em sua maioria, são negras. Como terra explorada, o Brasil segue a lógica de cativoiro presente na noção de *plantation* discutida por Mbembe (2014), tratando-se de um sistema, um dispositivo de controle que

engendra formas de criação do outro – o negro –, uma ficção destinada a ser atingida por cálculos de poder que se tensionam entre exploração e extermínio. Em consonância a isso, a partir do pensamento de Grada Kilomba (2019), podemos discutir fundamentos estruturais da plantação: a) organização piramidal; b) corpos aprisionados em lugares fechados (presídios, favelas, manicômios, escolas, residências, albergues); c) vigilância; d) superexploração de determinadas vidas; e) quilombos; e f) regime do medo e insurreições.

Nesse cenário, reflete-se o gerenciamento das travessias da população em situação de rua. A governamentalidade é uma ferramenta da biopolítica, produzindo modos de governar e conduzir contingentes populacionais que visem à captura de lucratividade e à constituição do corpo-máquina, direcionando os espaços que cada contingente populacional é (des)autorizado a ocupar. Assim, instaura-se uma racionalidade política com tecnologias de poder formuladas para controlar habitantes em territórios, e o somatório de coerção, punição e vigilância tem por objetivo a fabricação de corpos dóceis. Os ditames e as ditaduras neoliberais definem o *homo economicus*, movido pela competição e pelo ganho acumulativo de capital e obediente à ideologia meritocrática como imperativo para a subjetivação. Aos corpos da população em situação de rua resta o lugar de abjeção, sujeira e periculosidade (FOUCAULT, 2008, 2014).

Nesse seguimento, as clínicas gestálticas são formuladas por Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012a), incidindo em diferentes formas de se indagam as experimentações de correlação entre clínicos e consulentes a partir do sistema *self*³ e de suas funções: id (“isso” da situação), ego (ato) e personalidade (outro social). A função personalidade se volta para o conjunto de papéis e identidades desempenhados e legitimados por intermédio dos laços sociais, o que inclui pensamentos, noções culturais e valores, conforme indicam Perls, Hefferline e Goodman: “sistema de atitudes adotadas nas relações interpessoais, é a admissão do que somos, que serve de fundamento pelo qual poderíamos explicar nossos comportamentos, se nos pedissem explicação” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 188). A clínica do sofrimento ético-político-antropológico insere na abordagem gestáltica a ênfase sobre o sentimento de aflição (*misery*), fruto da vulnerabilidade da função personalidade. Assim, sujeitos são privados das representações sociais que configuram identidades, o que provoca desarranjos e desfalecimentos da função personalidade, perpassando motivos éticos, políticos e/ou antropológicos.

A perda é o atributo comum diante da clínica do sofrimento. Se a dimensão antropológica concerne à ordenação de uma condição natural, isto é, adoecimentos, lutos, emergências e desastres, aqui, consideramos a relação entre políticas públicas e PSR,

3. Oferenda do campo fenomenológico, rosa-dos-ventos e bússola de (des)orientações nas encruzilhadas, o sistema *self* espontâneo e engajado em experiências, é o seio pulsante e fio condutor das elaborações teóricas e intervenções gestálticas. Instaurando o entendimento de subjetividade alargada, o *self* não é de posse de alguém, mas retrata a indivisão da experiência em fronteira, refere-se a um terceiro – outrem, o inesperado manifesto da ambiguidade no encontro entre eu-tu.

cenário espinhoso, uma vez que, apesar das garantias de direitos previstos pela PNPST, as políticas públicas brasileiras enfrentam sucateamento, desmontes e injunções de lógicas manicomiais e proibicionistas para lidar com o abuso de drogas. No cenário atual, o descaso com a saúde dessa população se revela nitidamente quando olhamos para os obstáculos de acesso a hospitais, assim como para as dificuldades de se pensar estratégias (isolamento, higienização, máscaras e álcool em gel) de prevenção à COVID-19 que respeitem os modos de vida dessas pessoas e promovam condições sanitárias de cuidado. A miríade de enlutamentos entre essa população se reflete na ampla gama de situações em que há demolições da construção de horizontes de futuro, como a pulverização dos vínculos familiares, a expulsão ou a saída de residências.

Enquanto isso, a perspectiva política está imbricada com os dispositivos de poder. O outro dominador, autoritário e capitalista produz assujeitamentos com vistas à imposição de desejos e à abdicação de outros modos de viver. Incapacidade de reação, entrega a um modo apático e exaustivo de existência são funcionamentos normalizados e exaltados, e o viés ético remete à mais profunda e desampara(dor)a vertente de falências, timbrada por Estados de Exceção. Trata-se de um desejo soberano que aniquila as representações sociais, em uma cachoeira de extermínios que desemboca em violências étnico-raciais e de gênero, em encarceramentos e em reclusão da loucura. Nessa configuração, marginalizados socialmente como forma de castigo capitalístico, a mendicância e os artistas de rua são vistos com desprezo e asco, sendo tratados como paisagens e corporeidades que devem ser ignoradas. Já para as pessoas em situação de rua em condições de subemprego, a precarização do trabalho e o caráter de ilegitimidade das vidas nas ruas são questões alarmantes para serem visualizadas (MÜLLER GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012b).

Abordagens policiais, internações compulsórias em comunidades terapêuticas, torturas e assassinatos estão interligados aos motivos éticos. A morte é rei. O casamento entre capitalismo e cultura judaico-cristã é vindouro e consolida alianças para exterminar desviantes e dissidentes, como discute Perls: “seitas religiosas enviam missionários para converter pagãos, e o idealista político tentará convencer a todos, por todos os meios, de que a sua perspectiva particular é a única certa [...] *Se você se recusar a ser meu amigo, serei forçado a arrebanhar seu crânio*” (PERLS, 2002, p. 106-107, grifo nosso).

Pairam no ar das cidades brasileiras ventos necropolíticos que estão intimamente relacionados à clínica do sofrimento ético-político-antropológico. A necropolítica é um conceito formulado por Mbembe que aponta para “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10); ao se elegerem inimigos políticos, gera-se o direito soberano de matar. Nesse sentido, pode-se falar em políticas de morte e extermínio em zonas periféricas da cidade – mas também em centros dos municípios –, sendo inúmeras as situações em

que pessoas dormindo em frente a bancos, em comércios e praças são violentadas. A dinâmica necropolítica revela uma força colonial com alvo na população em situação de rua; confrontos e combates com o fim de esfaquear a existência social, subjugando vidas a mundos de morte.

Ainda assim, a função de ato continua criando ajustamentos criativos e, nesses casos, ajustamentos de inclusão – pedidos de socorro. O som do silêncio, os berros, narrativas de convocação para a alteridade radical de um corpo de atos auxiliar. Há o pedido de reconhecimento em busca de suporte para que outros ajustamentos criativos emergjam. Arremata-se pelo lugar de solidariedade, para que os sujeitos sejam incluídos no estatuto de humanidade que lhes foi negado. Gestalt-terapeutas atuam como cínicos, no sentido dado pelos autores, longe de orientações dogmáticas ou metas a serem alcançadas, mas de um fazer movido por escancarar e denunciar as formas com que a sociedade se constrói, incitando desvios, acolhendo e encontrando o que fura e escapa as imposições. Oferta-se um corpo solidário para amparar e suportar as condições de vulnerabilidade, mas também para ser cuidador das relações vinculares, mediando o enlace entre os sujeitos e os seus sistemas íntimos. O outro é visto como semelhante, reconhecendo-se, assim, uma genuína capacidade de ajuda e apoio, em prol de se doar a outrem independentemente de configurações políticas e projetos de vida, princípios e crenças aos quais estejam vinculados e submetidos (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012b).

Diante disso, tomamos a Redução de Danos (RD) como ferramenta política para pensar a clínica do sofrimento e o fazer do Acompanhante Terapêutico (AT) numa dimensão ética, comprometida com os sujeitos e com seus contextos/condições de produção de vida.

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E REDUÇÃO DE DANOS: ÉTICA E CLÍNICA POSSÍVEIS

O Acompanhante Terapêutico (AT) é uma possibilidade de atuação enquanto gestalt-terapeuta, intrinsecamente ligada à clínica do sofrimento, com a finalidade de promover e/ou fortalecer a inclusão psicossocial. Nessa atuação, as intervenções clínicas são realizadas a partir do protagonismo do cotidiano. Gestal(ear) como ação política, atuando com a população em situação de rua e com o meio social dessas pessoas para que, ao menos, seja garantido lugar, respeito e dignidade às vivências marginais, voltando-se para as vulnerabilidades e as potências do vir-a-ser nas ruas:

Podemos pensar em um trabalho de identificação e criação de diálogos e lugares sociais para que os sujeitos de atos em questão possam conviver, coexistir, oxalá de forma que possa crescer ou, pelo menos, que não interditem a produção social de cada um [...] o exercício da interlocução ocorre em um campo de presença, e não junto a um indivíduo isolado (FERREIRA, 2015, p. 165-166).

Nesse ínterim, o Acompanhante Terapêutico trabalha com a clínica do possível⁴ – e muitas coisas são possíveis! –, advogando pelas diferenças e diversidades. Em concordância com isso, Ferreira (2015) discute que o descentramento do indivíduo para o manejo do campo emancipa novas formas de ampliação e criação.

Ao mesmo tempo, gostaríamos de discutir que a Redução de Danos (RD) está para além de uma metodologia de trabalho com pessoas que usam drogas. Trata-se muito mais de uma ética que aposta na autonomia do sujeito em seus processos de vida. Essa expressão, no entanto, merece ser problematizada: ao invés de se usar o termo “redução de danos”, sempre colocando os danos como princípio, a expressão “gestão de prazeres e riscos”⁵ abarcaria melhor a essência de intervenções pautadas nas potências e nos saberes das pessoas em situação de rua. Pode-se perguntar, então: Junto a todas as questões de aviltamento e vulnerabilidades supracitadas, quais as potências das vidas nas ruas? Como se configuram os ajustamentos criadores de pessoas que fazem da rua espaço de convívio, sobrevivência, trabalho, fuga ou lar?

Apostando em utopias, a Gestalt-terapia, à luz das discussões de Paul Goodman investigadas por Belmino (2020), assinala que há algo que sempre escapa a pressupostos teóricos e planejamentos. Tal como a obra de um artista que se revela diferente a cada pincelada, os encontros com os viventes nas ruas são atravessados por jogos de poder, mas também por desvios e dissonâncias em relação a cristalizações normativas, por maneiras de (re)invenção, linhas de fuga e movimentações. A ética gestáltica, assim, retrata como medula espinhal a compreensão de *ethos* como fundamento, remetendo-se à fundação de abrigos e acolhidas.

Outrossim, a RD é mais do que um instrumento para atuar com a política de drogas, é uma postura ética, um jeito de olhar para as pessoas em seus direitos de fazer escolhas, substituindo modelos de prescrição pautados em posturas tutelares que posicionam as pessoas em lugares de passividade. Aposta-se radicalmente no poder da relação, assim como na abordagem gestáltica, refletindo e articulando coletivamente possibilidades de vida, caminhos e vias. Para Petuco (2009), RD e AT atuam como clínicas abertas e dispositivos filhos da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial, defendendo a importância do cuidado em uma atitude clínico-político-reflexiva em um devir revolucionário. Assim, essas práticas ultrapassam o conhecimento técnico do gestalt-terapeuta, colocando em jogo outros acontecimentos, vivências não acadêmicas que edificaram um arsenal de modos de cuidado (culinária, música, escrita, relação (des)privilegiada com o município que circula, contatos sociais e pontes de cuidadores), em um acolhimento radical à diversidade.

4. Marcele de Freitas Emerim, gestalt-terapeuta, arte-educadora e acompanhante terapêutica, realiza formações em Acompanhamento Terapêutico e utiliza da concretude dessa metáfora para traçar rotas e abrir caminhos para fazer o que se tem com a generosidade do campo experiencial e os enredos dos encontros.

5. Drieli Venâncio da Silva Sousa, psicóloga e redutora de danos, propõe a problematização do termo “redução de danos” e sua possível substituição por “gestão de riscos e prazeres”.

Partindo da RD e do AT, montamos um farol para as costuras entre população em situação de rua e Gestalt-terapia, que seria a discussão sobre desajustamentos criadores, lançada por Mônica Alvim (2014) em *A poética da experiência*:

A proposição convida a um ato. Uma ação que envolve a escolha e o imprevisível. Visa criar uma diferença, uma novidade que instigue, provoque, instaure paradoxos, enfim, crie uma relação com o ausente. Nesse sentido, propomos aqui que a tarefa da proposição na Gestalt-terapia seja aquela de provocar um desajustamento criador: introduzir na situação com a proposição – na medida em que o terapeuta perceba a existência de suporte no campo – uma novidade que lance terapeuta e participante ao âmbito do invisível, ao espaço deserto das representações, ao vazio fértil. O vivido, temporalizado, transforma o espaço em espacialização, quando, diante do vazio, se vislumbra adiante de si a possibilidade, quando se vive a experiência do “eu posso”, vivência que alimenta a ação criadora e transgressora. As tarefas do desajustamento criador aqui proposto se inspiram na arte moderna: descentrar o olho e desnaturalizar a percepção (ALVIM, 2014, p. 299-300).

Para além de ser uma metodologia de trabalho com relação ao consumo e abuso de drogas lícitas e ilícitas, a RD, como aponta Fonsêca (2012), é uma forma de abordar e encontrar pessoas alicerçada na abertura para a dialogicidade, condição imprescindível para a escuta de fracassos, dificuldades, violências, sonhos e esperanças do outro em seus modos de sentir e estar na/com as ruas. A rua, portanto, é uma categoria de análise fundamental, que provoca atravessamentos e afetações, é fonte de diferentes sentidos e (des)pertencimentos, é habitação. Atentar-se para as necessidades, os desejos e os direitos da PSR é servir de colo, braço e elo para a libertação.

“ABRE A PORTA E A JANELA E VEM VER O SOL NASCER”

Ao vislumbrarmos as potências das ruas, enxergando-as para além daquilo que falta, que está em fragilidade e em vulnerabilidade, podemos lançar algumas indagações: Como se configuram as linhas de força e de resistência nessa cidade? De quais formas podemos pensar juntos estratégias para promoção/produção de vida? Como a pessoa/o coletivo quer ser ajudado? De quais modos superar relações entre sujeito e objeto, ou melhor, como ser coletividade, totalidade? É preciso ir além da norma, do padrão, da regra, da moral, para cuidar a partir da revigoração das potências, para apostar na rua enquanto lugar de experimentação, assim como a cidade, e, desse modo, construir redes solidárias que possam reverberar na produção de vida, cidadania e garantia de direitos, em especial, o direito à cidade e à vida. Então, em que medida o nascimento do “nós” – terceiro elemento nascente da intersubjetividade entre corporeidades – pode vir a favorecer o fortalecimento das potenci-ações e a apropriação de novos espaços em seu território, assim como a (re) construção de representações sociais e identificações das quais essas pessoas possam usufruir, sentindo-se respeitadas, confirmadas e reconhecidas?

Engajados em ideias para adiar o fim do mundo, para conhecer as pessoas, precisamos voltar para o que há de mais óbvio: estar *com*. Disponibilizar-se para inventar novos rumos a partir do entrecruzamento de corpos e afetos nas cidades. Retirar terapeutas do lugar de salvadores de pessoas em perigo, suspender o céu, mirando abraços em terra, e olhar para as constelações:

Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Não uma humanidade com o mesmo protocolo, porque isso até agora foi só uma maneira de nos homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (KRENAK, 2019, p. 33).

Se ser subalterno e servil ao sistema é a ordem e a redenção para uma vida feliz e abundante, talvez a clínica genuinamente gestáltica sirva para não servir. Para não servir aos imperativos e pedidos neoliberais de produtividade. A clínica serve ao não servir, e serventia maior não há. É espaço seguro de sentir e atuar a partir das potencialidades e vulnerabilidades da relação. Perceber-se vulnerável é dádiva em um sistema em que somos ensinados a desligar o botão das fragilidades e fazer/receber promessas. Discutir sobre PSR a partir do paradigma do que a cidade tem a dizer, daquilo que não representa somente miséria, é desfamiliarizar e descolonizar o outro, caminhando com as pessoas, combatendo violências e negando discursos de vitimização ou romantização dos corpos. Para a Gestalt-terapia, desejamos que o engajamento político se consolide ultrapassando o binômio vitimação ou castigo com relação a situações de rua, ensejando rupturas e aberturas urbanas.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. B. **A potência da experiência**: gestalt-terapia, fenomenologia e arte. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

BELCHIOR. **Apenas um rapaz latino-americano**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976.

BELMINO, M. C. **Gestalt terapia e experiência de campo**: dos fundamentos à prática clínica. Jundiaí: Paco, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da População em situação de rua: um direito humano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARVALHO, P. G. M.; OLIVEIRA, S. M. M. C. 10 Questões Metodológicas acerca da produção de estatísticas sobre a população em situação de rua. *In: XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 2018, Poços de Caldas. **Anais [...]**. Poços de Caldas: ABEP, 2018.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORDEIRO, G. I.; VIDAL, F. (Orgs.). **A Rua: Espaço, Tempo, Sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERREIRA, R. G. Interlocuções para a inclusão psicossocial: possibilidades do acompanhamento terapêutico na abordagem gestáltica. *In: BELMINO, M. C. (Org.). Gestalt-terapia e atenção psicossocial*. Fortaleza: Premius, 2015. p. 156-173.

FONSÊCA, C. J. B. F. Conhecendo a redução de danos enquanto uma proposta ética. **Psicologia e saberes**, Alagoas, v. 1, n. 1, p. 11-36, 2012.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

MATIAS, H. J. D.; FRANCISCHINI, R. Desafios da etnografia com jovens em situação de rua: a entrada em campo. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, p. 243-252, 2010.

MBEMBE. **Crítica da razão negra**. 2 ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1, 2018.

MÜLLER GRANZOTTO, M.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Clínicas gestálticas: sentido ético, político e antropológico da teoria do self**. São Paulo: Summus, 2012a.

MÜLLER GRANZOTTO, M.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Psicose e sofrimento**. São Paulo: Summus, 2012b.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília: Ipea, 2020.

NOBRE, M. T. *et al.* Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 1-10, 2018.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia e sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011.

PERLS, S.; HEFFERLINE, R; GOODMAN, P. **Gestalt-Terapia**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, F. **Ego, fome e agressão**: uma revisão da teoria e do método de Freud. São Paulo: Summus, 2002.

PETUCO, D. R. S.; MEDEIROS, R. G. **Redução de danos**: dispositivo de reforma? Observatório do Cuidado, 2009. Online. Disponível em: <https://repositorio.observatoriodocuidado.org/handle/handle/589>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Paulo: EdUFSCar, 2016.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A. “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. *In*: SCHUCH, P. *et al.* **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

SILVA, C. G. P. Eixos estruturais da práxis em saúde pública do consultório da rua pop rua do Rio de Janeiro. *In*: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (Orgs.). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde**: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas. São Paulo: Hucitec, 2015.

TRINO, A. T.; MACHADO, M. P. M.; RODRIGUES, R. B. Conceitos norteadores do cuidado junto à população em situação de rua. *In*: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (Orgs.). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde**: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas. São Paulo: Hucitec, 2015.

SOUSA, W. L. *et al.* Psicologia e o consultório na rua: experiências, possibilidades e desafios. *In*: BARROS, J. F. V. *et al.* **Psicologia e Políticas Públicas**: práticas inovadoras para o SUS. Maceió: UNIVASF, 2018.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004.

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br